

A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO ESPAÇO DE EXPERIÊNCIA: UMA PROBLEMÁTICA COMUM AOS ESPECIALISTAS E DILETANTES DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Thales Biguinatti Carias*

A obra de Antonio Candido vem sendo estudada, com maior intensidade, a partir de finais dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando trabalhos acadêmicos, resultados de teses e dissertações, começam a tomar sua trajetória como tema. Com efeito, alguns destes trabalhos, orientados por professores de renome na construção da história das ciências sociais no Brasil, como Heloísa Pontes e Sérgio Miceli, tenderam a confirmar a tese segundo a qual a USP representaria um marco na institucionalização do saber especializado no país.

Dessa forma, se a USP configura, na nossa história, o momento de transição de uma escrita ensaísta para outra, mais técnica, especializada e científica, a obra de Candido, no campo da crítica literária, exerceria movimento análogo. Assim, Formação da Literatura brasileira, em que pese as inúmeras críticas, como as de Haroldo de Campos e Luiz Costa Lima³, parece sinalizar para esse novo momento, deixando de lado as grandes interpretações nacionais de obras como Casa Grande e Senzala e Raízes do Brasil.

Dentro deste contexto, propomos uma leitura diferente. Se conseguimos expressar bem, fica evidente que os trabalhos responsáveis por essa escrita da história da crítica literária abordam

* Professor de história na rede básica de ensino do estado de Mato Grosso (SEDUC-MT). Mestre em estudos de linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT) e doutor em história pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade (PPGHIS/UFMT). O presente texto é uma condensação das ideias principais trabalhadas na tese defendida em setembro de 2022, mais especificamente no seu quarto capítulo, intitulado “Intelectuais especialistas e Grupo do Estado: uma problemática familiar.

³ Um estudo abrangente e importante sobre a recepção crítica da obra de Antonio Candido pode ser visto em (NASCIMENTO, 2012). De nossa parte, basta constar que, embora tais críticas sejam diversas, partam de pressupostos teóricos distintos com mesmo algumas, em especial a de Luís Costa Lima, logrando construir um grupo coeso de pesquisadores alinhados a tais críticas, é importante notar que “Formação da Literatura Brasileira” permaneceu como forte instituidor de uma temporalidade para a literatura brasileira, donde desponta a força desta obra para a definição dos marcos periodizadores da nossa literatura.

o ensaísmo de Antonio Candido como algo de residual, tratando, por extensão, a própria figura de Candido como um agente histórico de transição entre dois estados distintos e até antagônicos da escrita acadêmica⁴.

Na verdade, essa representação resulta antes de uma visão particular dos autores que historiaram este processo do que uma suposta ocorrência factual deste. A grande questão é perceber que tais autores nutriam uma certa expectativa com relação a uma polêmica: seria a USP devedora das elites oligárquicas paulistas por ser uma realização destas?

Com efeito, essa questão leva a duas chaves interpretativas sobre o processo: uma na qual a elite paulista, representada pelo grupo do estado – que recebe esse nome por se articular na sede do jornal O Estado de São Paulo, capitaneado por Júlio de Mesquita – criou a universidade como um projeto de poder em virtude de sua derrota para as forças varguistas, permanecendo esse vínculo como espécie de marca ideológica da universidade, e outra na qual, se esse projeto fora pensado, o próprio desenvolvimento institucional da universidade, por meio da implementação do saber técnico, tratou de superá-la.

O segundo caso se aproxima mais das interpretações vinculadas aos trabalhos dos professores Sérgio Miceli e Heloísa Pontes. Para eles, o desenvolvimento institucional da universidade, por meio dos formados pela missão francesa e o legado por eles construído, foi responsável pela superação da condição de mecenato que nutria as instituições de nível superior, como no caso da PUC-RIO e dos intelectuais ligados ao ISEB⁵.

O primeiro caso, ao contrário, pode ser representado pelo trabalho de Irene Cardoso (CARDOSO, 1982), para quem a experiência da derrota promoveu a projeção da USP dentro de um conjunto de valores liberais de cunho modernizante e civilizatório. A partir do momento em que essa elite se recompõe da derrota e passa a disputar as instâncias de poder do estado por meio das eleições, tais valores são sumariamente descartados em nome da perspectiva de poder. Entretanto, com o Estado novo e a repressão ao grupo do estado, um novo momento desta

⁴ Em muitos aspectos, essa ideia de Candido como sujeito de transição fora construída também pelo próprio autor. Dono de inúmeras entrevistas e depoimentos, Candido não raras vezes rotulou a si mesmo e ao grupo de Clima como espécie de elo entre os ensaístas do início do século XX e os especialistas que se formariam pela influência do próprio Candido e sua geração.

⁵ Em 1989, Sérgio Miceli organiza uma coletânea importante a respeito deste momento. Trata-se da obra “História das Ciências Sociais no Brasil”, que reúne pesquisadores de todo o Brasil e estabelece essa interpretação de forma abrangente e sistemática, dado o grau de sofisticação do projeto. Ainda assim, já é possível encontrar uma diretriz dessa interpretação em obra anterior de Miceli, fruto de sua tese publicada pela primeira vez em 1975 e posteriormente republicada em coletânea de escritos do autor (MICELI, 2001).

cronologia se abre e os valores que inspiraram a criação da universidade são resgatados, criando um mito das origens.

Essas duas chaves interpretativas parecem responder a preocupações dos respectivos autores e seus filiados, preocupações correspondentes não apenas aos valores e interesses por eles defendidos, mas também ao próprio momento histórico nos quais eles, como pesquisadores, estão inseridos. Deste modo, nós propomos uma readequação do problema com base em uma outra forma de compreender o processo, forma essa que tome a visão dos agentes partícipes não como dado suficiente, mas como um ponto do possível que, no momento do realizado, poderia ou não se consumir.

Assim sendo, abrimos o campo de visão e compreendemos melhor o lugar de produção do conhecimento de Antonio Candido. Não se trata de um agente de passagem, de transição. Candido não é um agente histórico que prenuncia o futuro. Trata-se, isso sim, de um projeto que envolvia diferentes setores sociais em função da modernização do país por meio da formação técnica via educação e desenvolvimento científico.

O ponto mais alto desse projeto se realiza na Campanha em defesa da educação pública, levada a cabo entre os meses finais de 1959 e os meados de 1960. Por meio dessa campanha, percebemos como os trabalhos de Antonio Candido e de Florestan Fernandes estavam em sintonia com as demandas do seu tempo justamente por não serem excessivamente técnicos. É por meio de Candido narrando e periodizando a trajetória intelectual de Florestan Fernandes que percebemos que estava, no espaço de experiência, nos termos propostos por (KOSELLECK, 2006), o estabelecimento de uma ciência eticamente orientada, pautada pela construção de um projeto civilizacional para o país.

Paradigmático, neste sentido, é o depoimento de Candido sobre Fernandes, em sessão solene da ANPOCS de 1995, ano da morte do sociólogo seu amigo. Neste depoimento, Candido irá estabelecer o marco, a pesquisa encomendada pela UNESCO, e a mudança qualitativa que este marco representa na carreira de Florestan: abdicar da hermeticidade de seus primeiros trabalhos sociológicos para se abrir à produção intelectual engajada nos problemas nacionais:

Neste processo é que me parece decisiva a pesquisa sobre o negro, que solicitava a passagem da reflexão acadêmica e da investigação neutra (que ele tinha praticado até então no quadro da Universidade) para a tomada de posição de tipo político, em face da iniquidade atroz que caracteriza a sua situação econômica e social. O Florestan Fernandes que emergiu da pesquisa da UNESCO começava a ser o definitivo, isto é, o marxista aberto e pessoal, que integrou na sua fórmula de maneira coerente o ensinamento de outras teorias. Daí ter-se tornado não um marxista de carteirinha, daqueles que abundavam em nossa geração infectada de stalinismo e usavam a terminologia consagrada para distorcer

a realidade segundo esquemas pré-estabelecidos. Mas um marxista original, capaz de ter visão própria do capitalismo, da burguesia, da luta de classes, da miséria, dos problemas educacionais no quadro concreto da realidade de seu tempo, no Brasil e na América Latina. (CANDIDO, 1996, p. 54)

Ao invés de um julgamento sobre um autor específico, defendemos que o estabelecimento deste marco indica o próprio espaço de experiência da época, na medida em que coloca em evidência a questão do intelectual participativo, eticamente engajado e politicamente comprometido. Longe de ser um ideal de um grupo que se formou na USP, à revelia dos valores estabelecidos pela elite criadora da universidade, mas também não se identificando completamente com tais valores, esse espaço de experiência nos ajuda a compreender como agentes de diferentes orientações e perspectivas juntaram-se num projeto comum.

Dessa forma, o importante aqui não é verificar se essa passagem é válida ou não para analisarmos Florestan Fernandes como teórico, mas perceber como os pressupostos de Candido para um bom pesquisador partem de um lugar epistemológico específico, historicamente localizável e inteligível.

Se essas considerações extrapolam a significação que Candido dá para a pesquisa da UNESCO na obra de Fernandes, é importante entendermos como a campanha pela educação pública opera neste registro maior e casa perfeitamente com os pressupostos de Candido para este salto qualitativo na obra do sociólogo.

O primeiro elemento para discutirmos isso é mostrar como que a campanha, vinda num contexto de derrota do Estado Novo e rearticulação dos setores reacionários, sobretudo ligados à Igreja Católica e aos setores privatistas da educação, age como agregadora dos agentes que se viam como agentes do progresso frente a esses setores, vistos como agentes da reação. Esse fator é bem explorado por Florestan Fernandes em entrevista concedida no ano de 1978 a professores da UNESP:

Agora, ao perceber o que sucedia [no contexto das reformas educacionais], o setor conservador se viu ameaçado. Vocês conhecem os conflitos que ocorreram entre católicos e os pioneiros da educação nova, anteriormente, na década de 20 e no começo da década de 30. Esses conflitos vão ressurgir, porém não vão ressurgir mais em termos de ideias e dogmatismos; reaparecerão em termos de luta centrada em interesses e em grupos de pressão. Trata-se de uma coisa nova, que não ocorrera antes. Grupos de interesse que se polarizam para defender o controle conservador do sistema educacional ou o controle inovador do sistema educacional pelos próprios educadores, identificados com uma renovação educacional de alto a baixo. E aí entra o clero (uma parte do clero, pelo menos a parte ligada ao ensino e que defendia concepções muito retardatárias). Entra também a iniciativa privada envolvida na esfera do ensino, especialmente identificada com o lucro que a mercantilização da escola privada podia proporcionar. O fato é que esses grupos se articularam e, através de Carlos Lacerda, então deputado federal, lançam um projeto para se contrapor ao projeto inicial, calcado nas sugestões e nas aspirações dos educadores.

E daí nasce a necessidade de abrir uma frente de luta contra os grupos de pressão e de interesses privatistas no campo da reforma educacional. (FERNANDES, 1978, p. 58)

Aquilo que, nas décadas de 1920 e 1930, era visto como embate de ideias e dogmas passa a ser visto, já no contexto da década de 1950, como galvanizador de grupos em aberta disputa pelo poder. Nesse sentido é que essa cisão entre progressistas e reacionários pode nos ser profícua. Ela atuou como delimitadora dos grupos intelectuais e ajudou a definir o escopo de sua ação política, mas também de suas expectativas analíticas.

Ao invés de enxergarmos esses valores como uma ideologia da qual o *Grupo do Estado* manejou exclusivamente em favor próprio, preferimos pensar neles como definidores do horizonte de expectativas dos sujeitos que se identificavam com a modernização do país por meio do sistema educacional. É ainda Florestan Fernandes quem nos permite refletir sobre isso:

O Movimento de Defesa da Escola Pública foi, portanto, uma resposta à interferência conservadora no processo político-legal, em que se discutia a Lei de Diretrizes e Bases. Vocês encontram, em um livro editado pela Pioneira, organizado por Roque Spencer Maciel de Barros, um bom esboço das origens e evolução dessa luta, elaborado por Laerte Ramos de Carvalho. As classes conservadoras não possuíam uma posição homogênea, como também não tinham os setores radicais. Ocorreram muitas hesitações e amplas flutuações nos dois lados. Havia gente que pretendia o fortalecimento do sistema público de ensino, como Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e outros, que formaram naturalmente conosco e nos garantiram larga cobertura publicitária, especialmente através de O Estado de São Paulo. Os intelectuais tiveram um papel importante e eu entrei nessa campanha depois de certa vacilação, já que não me considerava competente para fazer parte dela e para discutir problemas que eram muito mais da alçada do educador que do sociólogo. Porém, depois que eu vi que eu podia contribuir, como sociólogo, com um ângulo construtivo de discussão do projeto e que a perspectiva sociológica garantia certa eficácia na discussão dos problemas, passei a participar com intensidade crescente da campanha. Isso quer dizer que a agitação que eu fiz é uma agitação que gira em torno do debate sociológico, tendo em vista o nível de consciência crítica dos problemas educacionais da nossa sociedade. Com isso, fui a vários lugares, de Norte a Sul, de São Paulo para o interior e para o litoral. Ao todo, realizei umas cinqüenta e cinco ou sessenta conferências, debates etc. sem contar as entrevistas e declarações para a imprensa escrita e falada. (FERNANDES, 1978, p. 59-60)

A inserção de Florestan Fernandes no debate político sobre o sistema educacional por meio do saber sociológico nos fala muito sobre como esse saber especializado fora construído com o intuito de contribuir para os problemas nacionais. Tal é o salto de qualidade que Candido identifica na obra de Fernandes, representado pelos estudos a respeito da questão racial em São Paulo. Na cronologia estabelecida por Candido, sentimos que Florestan só se realiza como sociólogo quando ele sai de suas restrições técnico/acadêmicas para encontrar, na participação política, a razão de sua técnica. E é o próprio Florestan quem demonstra clareza nessa percepção:

Mas houve coisas ainda mais importantes. Afinal de contas, quando se quebra o isolamento intelectual o diálogo se estabelece. E, se o diálogo se estabelece a partir do

indivíduo que é sociólogo, que tem treino para fazer pesquisa, ele está desdobrando sua capacidade de observação da sociedade. Eu não tive uma: tive quase sessenta oportunidades de observar grupos em ação e de discutir com membros daqueles grupos de diferentes posições: os que apoiavam a Campanha, os que eram contra as medidas de racionalização do ensino e os que defendiam a patrimonialização do sistema nacional de educação. Pude, então, ir ao fundo da natureza do controle conservador do poder. Em A Sociologia Numa Era de Revolução Social há um ensaio (“Reflexão Sobre os Problemas de Mudança Social no Brasil”) onde defino a oposição à mudança como uma modalidade de resistência sociopática das classes conservadoras e que era ditada pelo medo de perder suas posições nas estruturas de poder. É uma descoberta que eu jamais faria se não tivesse participado da “Campanha de Defesa da Escola Pública”. Ali eu vivia praticamente os papéis intelectuais do sociólogo-militante. (FERNANDES, 1978, p. 62)

O fato de Candido usar dessa noção de contato com a política como ponto de inflexão no percurso formativo de Florestan Fernandes não nos ajuda apenas a compreender a relação do sociólogo com esse contexto em que o sistema educacional estava em disputa.

Na verdade, a percepção apurada de Candido nesse processo de seu amigo nos faz pensar em que medida essa preocupação também não se manifesta na própria escrita do crítico literário. Daí essa questão a respeito dos movimentos educacionais do período ser tão importante. Ela nos mostra que nem o *Grupo do Estado* tinha a intenção de fazer uma universidade de elite no seu sentido hermético de um restrito grupo dedicado a filosofar de modo despreocupado com qualquer outra coisa que não fosse os interesses da própria classe como também nem o protótipo do sociólogo puro, Florestan Fernandes, deixava de procurar a realização de sua prática científica a partir de uma preocupação ética e política específicas.

De tal maneira que pensar em Antonio Candido como algo entre o diletantismo e o saber especializado parece ser inadequado mesmo aos anseios daqueles que, supostamente, refletiriam os aspectos mais emblemáticos de um e outro polo.

A partir daqui, podemos pensar em como a própria escrita de Candido nos revela essa preocupação ética e política como objetivo de sua crítica literária, sendo o próprio motivo pelo qual ele não vai abandonar a necessidade de avaliação de elementos externos ao texto, mesmo tendo noção clara da necessidade de se propugnar uma análise estética antes de mais nada.

Assim, portanto, a atuação política de Antonio Candido nos ajuda a compreender não apenas a sua visada teórica como também a própria forma segundo a qual ele se constituiu enquanto sujeito histórico. Se, por um lado, é verdade que Candido não assumiu a liderança que Florestan teve na Campanha em defesa da escola pública, por outro lado é importante considerar que o crítico literário teve sim sua parcela de atuação.

Em 1945, quando o Estado Novo estava prestes a ruir, Candido participa da comissão de redação o I Congresso Brasileiro de Escritores. Nessa comissão, teve a oportunidade de debater

a situação da educação em diálogo com a comissão de cultura do evento, donde saiu um documento em manifesto pela educação pública no jornal “O Estado de São Paulo” que levava, dentre outros, a assinatura de Candido. Além do mais, consta a assinatura de Candido no famoso manifesto de 1959 dos pioneiros da educação nova.

Soma-se a isso o fato de Candido manter uma disciplina de sociologia da educação, sob a batuta de Fernando de Azevedo, com publicações importantes na área e temos um Antonio Candido no mínimo diferente deste intelectual que, rememorando, sente-se em dívida total com suas convicções:

Além desta lacuna em minha fé de ofício, sinto nessa altura da vida outra, que me preocupa em sentido retrospectivo, como educador: pensando bem, sempre vi a educação de uma perspectiva parcial e portanto insatisfatória, porque passei a vida fechado na universidade. Para mim, ensino foi o de nível superior; sobre os outros, refleti muito pouco e nunca fiz nada por eles, ao contrário de mestres como Fernando de Azevedo, colegas como Florestan Fernandes e amigos como Darcy Ribeiro. (CANDIDO, 1999, p. 36)

O fato de Candido ter se dedicado menos não significa que a questão da educação pública não estava posta no seu horizonte de expectativas, sobretudo quando se trata do processo de modernização do país. Compreendida nesses termos, a questão ganha contornos mais bem definidos, pois a prerrogativa da técnica estava amalgamada à perspectiva ético/política não neste ou naquele autor, mas numa geração inteira que tentou construir um sistema educacional como eixo de modernização do país.

Assim sendo, para concluir, fica difícil separar o grupo do estado dos formandos pela missão francesa não apenas por uma falsa questão de filiações sociais ou ideológicas, mas pelo fato de que a educação como projeto de construção do país estava no horizonte de expectativa de ambos os grupos, tendo esses trabalhado em conjunto em mais de um momento para tentar alcançar esse objetivo. Essa cisão só irá se efetivar de fato com o golpe de 1964.

A partir daí, Antonio Candido, Florestan Fernandes e o grupo intelectual que fora perseguido pelos militares irão mudar a perspectiva de entendimento, saindo da cooperação com a burguesia nacional para advogar pela ruptura revolucionária como solução para o problema da própria educação. Não mais a educação como vetor para a mudança, mas a mudança como vetor para o aumento da qualidade da educação. É o que Candido advogará, por exemplo, ao incorporar algumas reflexões sobre Cuba em seus escritos.

Referências

- _____. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos (Vol. 2.)*. 5 ed. Belo Horizonte, ED. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- CANDIDO, Antonio. *A faculdade de filosofia mudou o panorama cultural*. Depoimento dado a Flávio Aguiar. Revista ADUSP (seção sindical da ANDES-SN), n. 17, jun 1999.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos (Vol. 1.)*. 5 ed. Belo Horizonte, ED. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da comunhão paulista*. SP: Autores associados/Cortez, 1ªed, 1982.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. SciELO - SP: Editora UNESP/Edição de Kindle com base na 3ª edição, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. (prefácio de Antonio Candido). São Paulo: Hucitec, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In:_____. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. RJ: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. SP: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989 (Vol.1).
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. SP-RJ: DIFEL, 1979.
- NASCIMENTO, Moisés Ferreira do. *Nas malhas da formação: três olhares sobre a noção de “sistema literário”, de Antonio Candido*. 2012. 119 f. Dissertação (mestrado em letras) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de ciências humanas e naturais, Vitória, 2012.
- PONTES, Heloisa. *Destinos Mistos: Os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. SP: Cia das Letras, 1998.